

# Subjetividades LGBTQIA+ coreografadas na cidade: Espaço Comum Luiz Estrela em Belo Horizonte

Jezulino Lúcio Mendes Braga\*  
Felipe Eleutério Hoffman\*\*

Recebido em: 30/09/2023

Aprovado em: 13/11/2023

## Resumo

O texto reflete sobre as disputas pelo patrimônio edificado na cidade, analisando o caso da ocupação de um casarão construído na primeira metade do século XX situado na Rua Manaus, em Belo Horizonte/MG. Em 2013 este casarão foi ocupado por um grupo de ativistas e tornou-se a sede do Espaço Comum Luiz Estrela. Afirmamos que, ao convocar a memória de Luiz Estrela, homossexual e morador de rua, a ocupação presentifica a luta de pessoas LGBTQIA+ para sobreviver nas cidades. O texto dialoga também com a perspectiva das performances corporais como uma forma de tensionar narrativas cisnormativas que encontramos na maioria dos museus brasileiros. Concluimos que o acolhimento a uma nova compreensão de museus passa pelo enfrentamento das disparidades de representação e inclusão das memórias dos diferentes grupos sociais em suas narrativas.

## Palavras-chaves

Patrimônio; Cidades; LGBTQIA+; Museus; Ocupação.

## Abstract

The text reflects on the disputes over the city's built heritage, analyzing the case of the occupation of a mansion built in the first half of the 20th century, located on Rua Manaus in Belo Horizonte/MG. In 2013, a group of activists occupied this mansion and became the headquarters of Espaço Comum Luiz Estrela. We affirm that by summoning the memory of Luiz Estrela, a homosexual and homeless person, the occupation presents the struggle of LGBTQIA+ people to survive in cities. The text also dialogues with the perspective of bodily performances as a way of tensioning cisnormative narratives that we find in most Brazilian museums. We conclude that welcoming a new understanding of museums involves confronting disparities in representation and including the memories of different social groups in their narratives.

## Keywords

Heritage; Cities; LGBTQIA+; Museums; Occupation.

---

\* Doutor em Educação e professor do curso de Museologia da UFMG. Pesquisador do Musasex (Museologia e Sexualidades). <https://orcid.org/0000-0002-7014-2931>. Email: jezulinoimb@hotmail.com.

\*\* Doutor em Ciência da Informação e professor do curso de Museologia da UFMG. <https://orcid.org/0000-0003-0223-6984>. Email: felipehoffman@ufmg.br.

## **Introdução**

No ano de 2013, um coletivo de ativistas<sup>1</sup> ocupou um antigo prédio em estilo neoclássico na Rua Manaus no Bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte/MG, criado para ser sede do Hospital Militar de Minas Gerais até ser desocupado na década de 1990. Ao longo da história, o prédio passou por outros usos até sua completa desocupação no final daquela década.

Portanto, o casarão estava desocupado há mais de vinte anos e se localiza em um bairro tradicional da cidade onde se encontram os maiores hospitais públicos da cidade de Belo Horizonte. O prédio abrigou o Hospital Militar da Força Pública<sup>2</sup>, um Hospital Psiquiátrico Infantil e, mais tarde, a Escola Estadual Yolanda Martins Silva que atendia crianças que necessitavam de atenção e cuidados especiais.

A entrada no casarão ocorreu no dia 26 de outubro de 2013 e foi planejada seguindo metodologia já usada pelos grupos de ativistas que lutam pelo direito à cidade. Em trajes carnavalescos e circenses entoando músicas, performances e citando trechos da constituição, a ocupação se deu de modo pacífico, sem confrontos com as forças de repressão do Estado.<sup>3</sup>

A ocupação recebeu o nome de Espaço Comum Luiz Estrela, como forma de rememorar Luiz Otávio da Silva, mais conhecido como Luiz Estrela, artista negro morador de rua e homossexual. Estrela representa, entre outras questões, a ocupação da cidade por sujeitos excluídos de um projeto em que a cidade é vendida como mercadoria.

Desde sua inauguração, o Espaço Comum Luiz Estrela realiza uma série de atividades culturais que refletem a pluralidade de sua proposta e de seus integrantes. Nele ocorrem saraus, feiras, ensaios e apresentações de teatro, rodas de discussão, workshops, aulas e rodas de capoeira, grupos de trabalho e oficinas com temáticas as mais diversas (arqueologia, restauração, permacultura, patrimônio cultural, culinária, pedagogia libertária, teatro, arte e etc). Além disto, no espaço acontecem periodicamente assembleias, momentos de troca e deliberação coletiva em que se discute a sua própria gestão.

No momento da construção deste texto, às vésperas de completar dez anos do início de sua ocupação e inauguração, o grupo continua a expressar os ideais políticos sobre o

---

<sup>1</sup> Os ativistas são oriundos de grupos que lutam pelo direito à cidade como o Tarifa Zero, Ocupações Urbanas e Brigadas Populares.

<sup>2</sup> “Forças Públicas” era a denominação anterior das forças policiais que atuavam nas províncias. Mais tarde foram denominadas Polícias Militares.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-hora-do-estrela/>. Acesso em: 30 Set. 2023.

direito à cidade que podem ser personificados na figura do Luiz Otávio da Silva, que como morador em situação de rua e ativista político, fez do seu próprio corpo um meio para lutar contra as injustiças sociais. A figura do Luiz Estrela não coroa apenas a denominação do espaço, pois ela é evocada e lembrada em diversas ações e momentos de forte simbolismo.

Conforme idealizado pelo coletivo, o que pode ser conferido nos documentos de seu projeto de uso e de seu projeto de restauro, ambos disponíveis publicamente no site da instituição, entre as ações prioritárias do projeto está a de “constituir um centro de memória no espaço”. O conceito gerador por trás da elaboração desse centro de memória gravita principalmente em torno do período em que abrigou, a partir de 1947, o Hospital Neuropsiquiátrico Infantil. No entanto, desde sua concepção como espaço comum, outras possibilidades de trabalho de memória têm sido mobilizadas pelo coletivo que passa também a evocar memórias do movimento de ocupação e outras possibilidades de formatação, como a constituição de uma instituição de natureza museal.

Nesse sentido, o presente escrito busca apresentar o Espaço Comum Luiz Estrela como um dos espaços culturais, de informação e memória na cidade de Belo Horizonte que potencializam o debate sobre sexualidades dissidentes no espaço urbano. Entendemos que essa potencialidade pode ser observada de diferentes formas – que vão desde a nomenclatura do Espaço Comum, perpassam as ações realizadas e acolhidas pelo lugar, e culminam na constante circulação e presença de pessoas LGBTQIA+ no prédio da Rua Manaus. Intencionamos destacar neste percurso em que medida novos olhares e perspectivas sobre museus e processos de musealização podem potencializar este debate.

### **Performances LGBTQIA+ transgredindo as narrativas em museus**

Os museus modernos nascem como espaço de monumentalização de fatos representados em textos, imagens e objetos, constituindo narrativas por meio desta materialidade, controlada por artifícios como o emprego de vitrines, legendas, focos de luz, cenografias e as diversas articulações entre espaços cheios e vazios.

Os museus foram criados para reproduzir identidades politicamente demarcadas pelos estados nacionais, em uma gramática na qual a diversidade deveria ser superada em nome da ideia de civilização. E, nessa gramática, foram escritas narrativas em categorias de gênero a partir de oposições binárias, enfatizando uma história branca, heterossexual e cisgênera.

Para Tony Boita, as práticas museais foram produzidas em contextos fóbicos, invisibilizando diversos grupos, dentre eles, aqueles hoje identificados como pertencentes ao conjunto heterogêneo representado como LGBTQIA+:

Chamo de homolesbotransfobia museológica todo e qualquer procedimento da cadeia operatória que é utilizado como argumento para invisibilizar e/ou ignorar as pessoas LGBT, priorizando, escondendo ou até estimulando a desinformação ou a deterioração dos bens culturais museológicos. Em resumo, ao estimular a invisibilização, os museus incentivam a homolesbotransfobia. Ignorar um objeto pertencente a esse grupo é negar o direito às memórias da população LGBT, tão humilhada e maltratada pela sociedade e pelo Estado.<sup>4</sup>

Em artigo recente, com a participação de Boita, pesquisadores do MusaSex (Grupo de Pesquisa Museologia e Sexualidades) analisaram a matriz de sexualidade e suas intersecções em trinta unidades museológicas geridas pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). A análise dos pesquisadores resultou na confirmação da afirmativa de Boita de que os museus ignoram pessoas LGBTQIA+.<sup>5</sup>

O estudo se desenvolveu com o objetivo de tensionar o campo museal brasileiro, no sentido de contribuir para a superação da homolesbotransfobia e suas interseccionalidades. Os museus não deveriam continuar alheios às questões socialmente vivas, e nem se sustenta a alegação de que sua missão não contempla determinados debates que seriam próprios dos museus de comunidade. Aliás, como demonstram os pesquisadores, foi muito conveniente para determinados museus o deslocamento do pensamento museal advindo com a Nova Museologia para os museus comunitários.

Entre os museus analisados pelos pesquisadores do MusaSex, verifica-se que estes são em sua maioria dedicados às personalidades que sofreram heterossexualização compulsória em sua história e memória. São museus que apresentam suas coleções expostas compondo narrativas que marcam a presença do masculino como elementos centrais das tramas históricas vividas pela sociedade brasileira.

O Museu do Ouro, citado na pesquisa, tem como objetivo de maior destaque dar materialidade à civilização mineira como uma sociedade *sui generis* na formação do

---

<sup>4</sup> BOITA, Tony W. “LGBTfobia museológica: algumas reflexões sobre estratégias simbólicas utilizadas nos museus”. *Ventilando Acervos*, vol. 1, 2020, p. 104-115.

<sup>5</sup> BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony W.; ESCOBAR, G. V.; TEDESCO, C. S.; QUINTILIANO, M.; RIBEIRO, L. “Sexualidade, gênero, raça e classe no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram): por uma guinada queerinterseccional e decolonial (texto base para o dossiê “Memória, Museologia LGBTQIA+ e Museus Nacionais”). *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 57, 2023, p. 1-20.

Brasil, em uma narrativa centrada nos vestígios recolhidos sobre a sociedade mineradora, com algumas soluções museográficas que lembram reproduções de ambientes do século XVIII. A apresentação visual que informa o projeto museológico atua a partir da noção do passado como tela fixa, e a tônica geral das exposições revelam a busca de uma síntese cognitiva sobre a sociedade mineradora, em que homens de poder conduzem a sociedade.

O bandeirante Borba Gato dá nome ao anexo do museu onde se encontram um arquivo histórico e uma biblioteca. Já na parte expositiva, a presença dos bandeirantes não é tão evidente, ainda que esta seja ressonante nos objetos de mineração e armas de fogo encontradas nas salas do museu. Em uma sala montada como escritório do intendente, a figura masculina do Barão de Eschwege dá o tom da narrativa centrada na figura masculina. Em outra parte do museu, o quarto da donzela faz referência a uma feminilidade universal e à docilidade da mulher controlada pelo patriarcado e pela Igreja Católica.

Segundo os pesquisadores, 23,3% dos museus geridos pelo IBRAM possuem seus nomes ligados à memória de pessoas cisgênero. Estes museus apresentam narrativas focalizadas em grandes heróis, centradas no discurso colonial da expansão portuguesa e acompanhadas de histórias de genocidas, escravagistas, industriais, fazendeiros e políticos.

Os apontamentos realizados pelos autores apontam para o fato de que é preciso que os museus públicos incorporem, em suas missões, o compromisso com a diversidade étnica cultural brasileira e combatam a homolebobitansfobia, revelando que suas narrativas são cisonormativas e quase que exclusivamente brancas. É preciso romper com a história colonialista heterocentrada, questionando a ausência de pessoas LGBTQIA+ nas exposições dos museus.

No Peru, o pesquisador Giuseppe Campuzano (1969-2013), criador do Museu Travesti, propôs o corpo como um meio de questionar a narrativa branca, heteronormativa e colonialista da história do seu país. Campuzano rompia com o fazer museológico hegemônico, uma vez que questionava a ausência de narrativas sobre corpos travestis nas exposições dos museus peruanos.

Para Campuzano as narrativas museais compostas de objetos e imagens representam um discurso político contundente, aceito pela maioria dos visitantes. Nesse sentido, as narrativas museais não são ingênuas e propõem um olhar sobre a sociedade que influencia padrões éticos e estéticos. O Museu Travesti desafia essa narrativa,

recorrendo a fatos esquecidos e propondo uma nova trama com corpos antigos e contemporâneos, revelando outras subjetividades históricas.

O desafio é proposto com o próprio corpo de Campuzano, que, em suas próprias palavras, ensaiava “uma arqueologia das maquiagens e uma filosofia dos corpos para propor uma elaboração de metáforas mais produtivas que qualquer catalogação excludente”.<sup>6</sup> Ao se travestir da Virgem Maria e deusas incaicas, denunciava o racismo e a transfobia institucionalizada no Estado e na Igreja Católica, em performances que condenam toda brutalidade a que foram submetidos os corpos LGBTQIA+ em toda história do Peru.

O projeto de museu nômade envolve pesquisa histórica e antropológica em performances com a figura estratégica que Campuzano chama de travesti androgêno indígena/mestiço, em que estes corpos políticos questionam qualquer interpretação histórica que os exclua:

Essa condição móvel também se refere a vários outros trânsitos e movimentos: o movimento das massas em uma viagem das províncias para a capital, bem como formas de migração por outros sujeitos invisíveis cuja vida está permanentemente entre a vida e a morte (o HIV positivo, os imigrantes sem documentos, os sexualmente indefinidos etc.). A natureza portátil do museu e sua habilidade em funcionar como parasita para qualquer cenário – desde praças públicas, mercados de rua e feiras livres até conferências universitárias – têm lhe possibilitado questionar o ativismo ortodoxo, propondo em seu lugar um tema político amorfo e elusivo.<sup>7</sup>

O fazer museológico proposto por Campuzano pode ser apropriado pelos museus brasileiros para tensionar suas narrativas, de forma a atravessar, com outros corpos, as exposições e provocar narrativas silenciadas pelo projeto de museu moderno que classifica e representa as culturas ao retirar objetos de contexto sem encarnar a experiência dos viventes.

Régis Ramos afirma que toda exposição é uma violência topográfica, uma vez que a prática comum aos museus é espetacularizar o objeto, extirpando seu valor de uso sem considerar a sua outra posição, ou seja, sua historicidade. Cada objeto apresenta uma experiência vivida na relação com os homens, uma vez que eles próprios podem ser extensões do corpo. Mas a operação museológica rouba pedaços do mundo, prende-os

---

<sup>6</sup> BOITA, Tony; BAPTISTA, Jean . “Ode a Giuseppe Campuzano”. *Revista Memória LGBT*, 20 Jan. 2014, p. 8-10.

<sup>7</sup> Disponível em: Linha da vida / Museu Travesti do Peru - 31a Bienal (31bienal.org.br). Acesso em: 26 Jul. 2023.

nas vitrines e deixa-os morrer, para prometer-lhes vida eterna nos templos do chamado patrimônio histórico.<sup>8</sup>

A *performance* permite que sejam construídas relações com os objetos. “Meu corpo é a textura comum de todos os objetos e é, pelo menos em relação ao mundo percebido, o instrumento geral da minha compreensão”.<sup>9</sup> O corpo é um meio de comunicação com o mundo e, portanto, nossa percepção é, em um primeiro momento, física e subjetiva e, para além disso, política.

Luiz Estrela, que dá nome a ocupação do Prédio da Rua Manaus, usava o corpo para materializar os desafios que um dissidente sexual encontra na sociedade: Luiz Otávio da Silva, artista, negro, morador de rua e homossexual, integrou a Gangue das Bonecas, projeto do coletivo Paisagens Poéticas que promovia intervenções urbanas no espaço da cidade revelando as diversas maneiras de habitá-la.<sup>10</sup>

A Gangue das Bonecas realizava performances pelas ruas de Belo Horizonte, afirmando o lugar das pessoas LGBTQIA+ na cena urbana como uma proposta de luta por suas existências. As performances faziam parte do projeto denominado “Paisagens Poéticas: o nome disso é rua!”, no qual os autores, artistas e *performers* propunham ações que permitiam discutir visões diversas sobre a cidade. Apontavam para as discrepâncias presentes nas paisagens urbanas que alteram não só as disposições arquitetônicas e a constituição do ambiente, mas também as distintas relações de convívio entre seus moradores:

Pretendíamos nos aproximar de pessoas que habitam as ruas da cidade de formas diferenciadas e as nomeamos por grupos sociais: engraxates, moradores de rua, carroceiros, familiares de pessoas desaparecidas. Nosso objetivo inicial era eleger atividades e situações cotidianas peculiares a esses grupos. Em seguida, deslocar essas atividades dos locais onde ocorrem habitualmente para outros pontos de forma a ampliá-las e revelá-las.<sup>11</sup>

Foi nesse projeto que Luiz Estrela pode experimentar seu corpo como meio de afirmar sua narrativa nas ruas da cidade; e se aproximamos suas performances ao fazer museológico de Campuzano, temos nesse projeto a materialização das situações

---

<sup>8</sup> RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.

<sup>9</sup> MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 315.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://aganguedasbonecas.wordpress.com/sobre-teatro/>. Acesso em: 30 Set. 2023.

<sup>11</sup> BELÉM, Elisa. “Intervenção urbana – Paisagens Poéticas: o nome disso é rua!”. *Anais ABRACE*, São Paulo, vol. 11, nº 1, 2010. (VI Congresso de Pós Graduação em Artes Cênicas).

cotidianas vividas por pessoas LGBTQIA+ e memórias dissidentes na cidade de Belo Horizonte.

### **Patrimônio em disputa, memórias dissidentes**

O projeto de cidade como mercadoria imposto pelas administrações municipais foi duramente questionado em Belo Horizonte no início do século XXI. Esse questionamento se deu por meio da ocupação da cidade com intervenções artísticas ativistas e com a ocupação de prédios que se tornaram espaços culturais em diálogo com residentes e frequentadores das ruas, revelando paisagens menos visíveis.

É nesse contexto que o casarão da Rua Manaus foi ocupado e se tornou o Espaço Comum Luiz Estrela. Entre os desejos dos ativistas estava o de problematizar a cessão de prédios públicos de interesse histórico para iniciativa privada, abrindo um espaço no qual a produção cultural não fosse conduzida pelo mercado.

O edifício de estilo arquitetônico neoclássico, característico do início do século XX, foi construído para abrigar o primeiro Hospital da Força Pública de Minas Gerais. Conhecido como Hospital Militar, a edificação teve sua inauguração em 1914. Anos mais tarde, o hospital ganharia notoriedade pela passagem do, à época, médico Juscelino Kubitschek, que clinicou em suas dependências no início da década de 1930. O Hospital Militar funcionou em suas dependências até o ano de 1945, quando foi transferido para uma nova sede na Avenida do Contorno.



Foto 1. Fachada do Hospital da Força Pública de Minas Gerais. Fonte: Arquivo Público Mineiro.



Em 1947, foram instalados no edifício o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (HNPI) e o Instituto de Psicopedagogia. O hospital, que atendia apenas em regime ambulatorial, começou a receber internações a partir de 1949. Se iniciam uma série de problemas na instituição que não apresentava estrutura, pessoal, equipamentos e nem medicamentos suficientes para dar conta do elevado número de internações, o que ocasiona uma superlotação do espaço.

Soma-se a isso a falta de manutenção e reparos estruturais que contribuem sobremaneira para piorar o já caótico ambiente:

Essa falta de manutenção e reparos estruturais parece ter sido uma constante no HNPI. Em 1964, por exemplo, ela resultou no desabamento da ala da enfermaria feminina. As meninas, então, tiveram de ser transferidas para o Hospital Galba Velloso (o qual deveria receber apenas mulheres adultas) e ali permaneceram por quatro anos. Penso que, talvez, a precariedade estrutural pela qual passou o HNPI ao longo de todos os seus anos de funcionamento tem a ver com a imagem social que se construiu em torno do louco e da loucura. Pessoas atingidas por esse desatino compunham um grupo marginal de seres improdutivos para a sociedade. Logo, uma vez que desde a infância o sujeito já se apresenta como um potencial problema social, torna-se desinteressante investir nele. Possivelmente advém dessa mentalidade a falta de recursos direcionada ao HNPI.<sup>12</sup>

A partir de 1973, é criada uma Unidade Psicopedagógica (UNP), que resulta na construção de um anexo ao prédio original. A UNP tinha como finalidade atender a crianças que apresentavam dificuldades de aprendizado. Inicialmente, embora funcionasse em prédio anexo, a Unidade era uma instituição independente, com diretoria própria.

Por essa época já se faziam notórias as condições desumanas a que eram submetidos os internos em diversas instituições de internação e tratamento psiquiátrico no país. Em Minas Gerais, as condições do Colônia, na cidade de Barbacena, considerado o maior hospício do Brasil, provocaram repercussões e mobilizaram a opinião pública. Reportagens, documentários, livros, bem como as afirmações de profissionais respeitados da saúde, somam-se às primeiras mobilizações em torno dos movimentos antimanicomiais no país.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> BRANDÃO, Juliana. “Arquitetura da Loucura: uma leitura arqueológica do hospital de neuropsiquiatria infantil (Belo Horizonte-MG)”. *Cadernos de História da Ciência*, vol. 13, nº 1, p. 27-55.

<sup>13</sup> ARBEX, Daniela. *Holocausto brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

No ano de 1980, ocorre a criação do Centro Psicopedagógico (CPP). Produto da fusão do HNPI com a UNP, o centro seria responsabilidade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG). Com o advento do CPP, decretou-se o fim gradativo das internações. Os pacientes eram atendidos no centro, mas continuavam a residir em seu meio familiar.

Com a transferência dos últimos internos, encerram-se as atividades médicas no edifício e, em 1990, inaugura-se em suas dependências a Escola Estadual Yolanda Martins Silva, destinada a ações pedagógicas com crianças consideradas portadoras de distúrbios mentais. A escola terá uma trajetória breve, já que em 1994, devido ao estado de deterioração do edifício, que apresentava forte presença de rachaduras e infiltrações, bem como o comprometimento de suas condições estruturais, teve de ser desocupado para não colocar em risco as vidas de seus ocupantes.

Ironicamente, naquele mesmo ano o edifício recebia o tombamento pela Diretoria do Patrimônio Histórico de Belo Horizonte, dentro do conjunto urbano da Praça Floriano Peixoto (nº de processo 010592149517, deliberação nº 03/94, de 10-11-1994). A edificação permaneceu abandonada por cerca de vinte anos até que o grupo de artistas, educadores, profissionais autônomos, ativistas e produtores culturais se reuniram e organizaram a ação que resultou na ocupação cultural.

Após a aparente calma da ocupação, que ocorreu no dia 26 de outubro de 2013, seguiu-se um período de embates com relação à permanência de seus novos ocupantes e à destinação futura da edificação; uma série de reuniões e audiências que envolveram representantes do governo estadual, da Diretoria de Patrimônio Municipal, da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), da Fundação Lucas Machado (FELUMA), do Ministério Público e de membros do Coletivo do Espaço Comum.

O casarão se tornou objeto de disputa entre a proposta apresentada pelo coletivo e pela FELUMA, responsável pela gestão e manutenção de diversos equipamentos médicos, bem como a coordenação de uma faculdade destinada a cursos de Medicina e outras áreas no campo da saúde.

A proposta da instituição era a de recuperar o prédio para a criação de um memorial em homenagem ao célebre político mineiro Juscelino Kubitschek, que teria exercido a função de médico neste espaço durante os anos de seu funcionamento enquanto hospital da Força Pública. O projeto já tinha sido objeto de tratativas anteriores entre a Fundação e o Ministério Público que, no entanto, nunca haviam se concretizado.

A alternativa apresentada pelo coletivo rompia com uma narrativa canônica centrada na figura de um único vulto político, apostando na pluralidade e diversidade das narrativas sobre a cidade. Em dezembro de 2013, o Governo de Minas Gerais assinou o termo de cessão de uso e atribuiu ao coletivo não só a posse legal do imóvel, mas também a responsabilidade de promover sua restauração e destiná-lo ao uso público.

Desde então, o Espaço Comum Luiz Estrela reúne em suas dependências uma série de atividades que dialogam com outras iniciativas e movimentos urbanos que se desenvolvem na cidade de Belo Horizonte. Feiras, saraus, sessões de filmes, debates, rodas de conversa, oficinas, festas, apresentações musicais, duelos de MCs e toda sorte de atividades culturais.

Um dos pontos centrais a serem evidenciados a partir da ocupação é o de que a interrupção do projeto de implantação de um memorial dedicado a JK coloca em evidência os embates em torno das memórias que têm o edifício como ancoragem. Com o projeto do Espaço Comum, as memórias sobre um período obscuro, de segregação, sofrimento e violações de direitos, representado pela natureza desumana dos tratamentos psiquiátricos durante os anos iniciais de funcionamento do HNPI, são colocadas em cena.

Ao privilegiar a memória de JK como médico da polícia militar, o projeto de instituição delineado pela FELUMA condenaria as diversas memórias concorrentes sobre o período de internação do hospital psiquiátrico à clandestinidade. A inauguração do Espaço Comum Luiz Estrela representa a potência de uma convocação feita à sociedade civil para preservação do patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, dialoga com movimentos contemporâneos de mobilização da memória como instância de resistência e obstáculo à ocultação de episódios de violações de direitos humanos.<sup>14</sup>

Na recomposição das memórias em torno de suas sucessivas ocupações ao longo do tempo, as memórias de Luiz Otávio da Silva personificam vários pontos de contato entre as narrativas que passam a ser mobilizadas através do Espaço Comum. Reconhecido desde 2017 como um sítio arqueológico urbano pelo IPHAN, devido a sua relação material com as memórias pouco conhecidas de seu período como Hospital Neuropsiquiátrico Infantil, o Espaço Comum Luiz Estrela assume, desde seu registro em 2022 como museu de território/ecomuseu no IBRAM, um novo compromisso enquanto experiência museal.

---

<sup>14</sup> HOFFMAN, Felipe E.; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. “Museus e memórias da repressão e resistência em Belo Horizonte: reflexões sobre o espaço construído na produção de lugares de memória”. *Revista Museologia e Patrimônio*, vol. 11, nº 2, 2018, p. 38-67.

### **Por um museu estelar**

Assim que o casarão foi ocupado, iniciaram-se os debates sobre a restauração, modos de preservação e novos usos para a edificação. Para conduzir esse debate, foi criado o Laboratório de Patrimônio e um Grupo de Trabalho de Memória e Luta Antimanicomial. A discussão caminhou para relacionar as questões do presente às convocações de memória feitas pela arquitetura do prédio.

A arquitetura do prédio materializa os discursos de poder e controle sobre corpos dissidentes e durante muito tempo ficou segregado da malha urbana e esquecido pelo poder público:

Conhecido como lugar da loucura, ele mesmo foi tratado como “louco”, sendo esvaziado, fechado, segregado na malha urbana e esquecido pelo poder público. Aquele corpo de concreto foi mantido em silêncio, envolto de correntes, observando o tempo passar, as coisas se modificarem no seu entorno, desgastando-se perante a ausência de reparos, sofrendo com o surgimento de cada nova fenda.<sup>15</sup>

Retirar o prédio desse lugar foi uma estratégia de provocar a sociedade para o debate sobre formas de viver em cidades por meio da arte e da cultura. O Espaço Comum Luiz Estrela pode se constituir em uma ferramenta para transformação social ao dialogar com uma coleção de problemas, com demandas que lhes chegam dos mais diferentes sujeitos que transitam pelo espaço público.

Entre as rachaduras do prédio da Rua Manaus brotam histórias e narrativas de uma cidade que quer ser comum, que quer ser ocupada pelos diferentes corpos e nada mais natural que dar o nome de Luiz Estrela, cujo carisma alimenta o ideário da ocupação e é tributário da alma do projeto de revitalização: ser um espaço comum, ser o comum, onde todos comungam de um mesmo sonho, o de mostrar à sociedade que outro projeto de cidade é possível.

Como dissemos, Luiz Estrela reivindicava seu lugar na cidade por meio de *performances* contra a higienização do espaço público, pelos direitos dos moradores em situação de rua, pela igualdade de gênero e pelo direito à diversidade sexual. A vida de Luiz Estrela se confunde com a vida de muitos homossexuais rejeitados pelas famílias e que encontram a rua como seu lugar de morada:

---

<sup>15</sup> BRANDÃO, Juliana. “Marieta e Josefa no prédio da loucura: uma arqueologia dos espaços manicomial”. *Revista de Arqueologia*, vol. 31, nº 2, 2018, p. 239-255.

Luiz Otávio da Silva era bonito e inteligente, mas nunca teve vida fácil. Aos cinco anos assistiu à separação dos pais e à chegada de um padrasto com o qual nunca se deu. Por ser um menino afeminado, foi vítima de preconceito e do que hoje chamamos de *bullying*. Aos quinze, assumiu a homossexualidade e foi internado pela família num centro de recuperação, onde ficou quatro meses antes de fugir. Não quis voltar a viver com a família e errava pelas casas de amigos e conhecidos. Fazia artesanato, vendia e gastava o dinheiro com facilidade incomum. Escrevia poemas, recitava Drummond e Ana Cristina Cesar, ao mesmo tempo em que bebia cachaça a talagadas e ficava cada vez mais dependente do álcool. Entre moradores de rua, é lembrado pela indumentária exótica, com colares, brincos e meia arrastão.<sup>16</sup>

Foi internado pelo fato de tentar garantir sua forma de existir em um mundo marcado pelo binarismo de gênero e assassinado ainda jovem com marcas de violência. Sua história de luta pela sobrevivência permanece materializada em um grafite na entrada do edifício da Rua Manaus, onde sua imagem se apresenta como um dos primeiros enfrentamentos propostos pelo espaço, de onde pode ser vista pelos visitantes e constantemente interroga e provoca seus habitantes. Entre a norma e a normalidade, cresceu Luiz Otávio encucado com o quão insano, na verdade, estava aquele mundo que o recebeu.

Por muitos anos viveu com a lentidão da droga da obediência, a recomendação de contenção dos instintos, do prazer, do riso e da expansão. Conforme relato de pesquisadores e membros do Coletivo do Espaço Comum,

A loucura é um tema que sempre perpassou o Espaço Comum Luiz Estrela, assim como a luta em defesa das pessoas em situação de rua. Luiz Otávio Estrela, que deu nome a este casarão, foi uma pessoa em situação de rua, usuário do sistema de saúde mental. As pautas que atravessaram a vida de Luiz Estrela nos atravessam também aqui neste espaço comum.<sup>17</sup>

É a partir desses entrecruzamentos que diversas das atividades realizadas *pelo e no* espaço incluem trabalhos que visam discutir a memória deste lugar como um local relacionado à memória da internação neuropsiquiátrica. Além de acolher reuniões do movimento antimanicomial, o Espaço Comum, por meio de intervenções artísticas e audiovisuais, tem engendrado ações que visam discutir interfaces entre memória, loucura e psiquiatria. Entre elas, destacam-se as montagens e intervenções teatrais, realizadas pelo

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-hora-do-estrela/>. Acesso em: 22 Ago. 2020.

<sup>17</sup> MAYER, J. M; ANGELIS, M. “Ensaio sobre o Espaço Comum Luiz Estrela”. *Anais do XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: UFBA, 2021.18 p.

núcleo de teatro, denominado Trupe Estrela, que se originam a partir das provocações do espaço e que hoje ganham outros palcos e cenários da cidade.

O edifício construído para o Hospital Militar, e que mais tarde abrigou o Hospital Psiquiátrico, ao ser transformado em lugar de produção cultural e memória, contribui para retirar do esquecimento um período da história do país em que milhares de pessoas tiveram de forma sistemática seus direitos violados. Violações de direitos humanos, cometidas com a conivência de funcionários, médicos e da população. Violações de direitos praticadas por uma política de Estado, mas sustentada, muitas vezes, pela omissão da sociedade.

Ainda que as condições de sua morte não estejam esclarecidas, Luiz Estrela hoje se converte em símbolo na construção do projeto do Espaço Comum, que não leva apenas seu nome; seu rosto com expressão firme adorna o parapeito da escada de entrada do edifício, bem como materiais de divulgação do espaço, físico e em meio digital, e da programação que nele se realiza.

Luiz, o Estrela, também nos observa do alto de um estandarte que se encontra exposto em um dos espaços internos da edificação e que durante um tempo esteve adornando a fachada no momento em que as portas do casarão ainda se encontravam fechadas devido às atividades de restauração que possibilitaram ao espaço abrir suas portas para ser finalmente ocupado em sua potência de ideias e de sonhos.



Foto 2. Visita dos estudantes de Museologia da UFMG ao Espaço Comum Luiz Estrela. Foto: Felipe Hoffman

Também é prática recorrente que os integrantes do coletivo, assim como os visitantes e participantes das atividades realizadas no espaço recebam, na forma de um desenho feito em suas frentes, o sinal de uma pequena estrela. Tal gesto, uma das marcas registradas de Luiz Otávio da Silva, evoca sua presença, seu corpo, ausente, presente, imortalizado, que se desloca da marginalidade para ocupar o centro de um espaço cultural, centro de memória e museu.

### **Considerações Finais**

Desde 2016, o campo museal, considerados os limites do participacionismo institucional, travou um longo debate para configurar uma nova definição de museu. Fruto da complexidade das realidades do século XXI, bem como das novas responsabilidades e compromissos assumidos pelas instituições museais,

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e a serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos.<sup>18</sup>

A nova definição de museus aponta para um caminho no qual os museus devem promover a diversidade. Este movimento, contudo, nos demonstra que, ainda que se possa estabelecer uma referência norteadora para o campo museológico, a realidade dos diferentes contextos museais nos remete à existência de uma pluralidade de iniciativas, lugares, formas e proposições de museus no contemporâneo que serão sempre desafiadoras e por vezes contraditórias. E que é dentro da compreensão desta perspectiva diversa que podemos falar nas diferentes realidades e práticas de musealização do real no âmbito dos museus.

Portanto, o acolhimento a uma nova compreensão dos museus passa pelo enfrentamento das disparidades de representação e inclusão das memórias dos diferentes grupos sociais. Entre os quais se apresenta a invisibilização dos grupos LGBTQIA+ frente aos modelos predominantemente heteronormativos nestas instituições. Os discursos articulados pelos museus, a partir de suas programações, exposições e coleções afetam as

---

<sup>18</sup> Nova definição de museus. Conselho Internacional de Museus (ICOM), 2022.

percepções públicas sobre esses grupos. Nesse sentido, o que tem sido exposto e ocultado do público com relação a essa comunidade?

Geralmente caracterizados por sua inserção na curta duração, através de exposições temporárias, episódios de censura e apagamentos, as memórias e narrativas pertencentes aos grupos LGBTQIA+ têm um longo caminho a enfrentar antes de se tornarem parte das memórias coletivas oficiais.

Na constelação de espaços de memória, cultura e informação da cidade, o Espaço Comum Luiz Estrela potencializa o debate sobre a urbe, e o casarão da Rua Manaus, no Bairro Santa Efigênia, pode entrar para a cartografia sobre a memória LGBT e das sexualidades dissidentes na cidade de Belo Horizonte.

Esse espaço cultural responde aos rigores da sociedade, da medicalização, da judicialização e do facismo em um mundo aos frangalhos cujo topo abriga os empresários e, na sua base, os artistas. Um museu estelar que clama pelo fim do controle, contrário aos estigmas sociais e escolares que nos ensinam, a ferro e a fogo, as lições antiquárias da modelagem das mentes e dos corpos à moda dos presídios e dos hospitais.

Que este museu estelar nos ajude a sobreviver à selvageria a que somos submetidos, inclusive sob a justificativa da égide civilizacional, forçados a nos tornarmos calmos, contidos e retidos, resultando em existências violadas, entristecidas e sem perspectivas. Vivemos em um efeito similar ao *botox* na pele humana, só que na mente: lisos, jovens, e esticados, sem rugas de expressão, mas sem sorrisos. Que os talentos nesse museu estelar sejam mais fortes que a corroída castração das instituições sociais.